



ATA N.º 2/2020

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Local: Por Videoconferência

Data: 21/04/2020.

Iniciada às 18,00 horas e encerrada às 19,00 horas.

I. Período da "Ordem do Dia":

PONTO ÚNICO – 5.ª Modificação Orçamental para o Ano de 2020

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: Rui Miguel Bonito Vitorino

Primeiro-Secretário: Dimas Joaquim Canhão Ferro

Segundo-Secretário: Vanda Raquel Segurado Ramalho

Membros: Francisca Maria Rosado Silva Sousa

João Filipe Cardoso Fernandes Fortes

Rui Manuel Chilrito Pereira

Vítor Hugo Segurado Dias

José Manuel Matrola Pinto

Luís Carlos Barreto Rodrigues

Olga Manuela Leandro Rosinha Mendes

José Pedro Pires dos Reis

António José Lucena Dias

Catarina Ascensão Silva Marques

Agostinho dos Santos Pardal

Rui Miguel Rocha Passinhas

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja: Vera Lúcia Bragança Galhofas Caeiro

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz: Sara Maria Vidigal Correia

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão: José Duarte Costa Franco



--- A sessão foi presidida pelo senhor **Rui Miguel Bonito Vitorino**, e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal foi convocada por solicitação da Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que em virtude da realização das sessões ou reuniões presenciais estarem suspensas derivado à declaração do estado de emergência no âmbito do combate à pandemia da Covid-19, não podendo por isso ser pública, esta sessão é realizada nestes moldes e a mesma será gravada para que possa ser tornada pública através da sua divulgação nas plataformas digitais do Município, para conhecimento de todos os Mouranenses, Granjenses e Luzenses.

--- **O Senhor Presidente da Mesa** informou também o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, pediu substituição ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Deputado Municipal, José António Gomes Domingues, do CDS/PP, substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **José Pedro Pires dos Reis**; -----

--- Considerando que o mesmo foi notificado nos termos legais e regimentais, e estando presente na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciou aquele, imediatamente, as suas funções como Deputado Municipal. -----

--- Feita a chamada, verificando a existência de quórum, com a presença de todos os membros, **o Senhor Presidente da Mesa** declarou abertos os trabalhos. -----

I – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

PONTO ÚNICO – 5.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO DE 2020

--- Recordou **o Senhor Presidente da Mesa** que o Sr. Vice-Presidente tem 10 minutos para apresentar a proposta e que cada deputado municipal tem 3 minutos para fazer perguntas. No final o Sr. Vice-Presidente terá 10 minutos para responder. Agradeceu a colaboração de todos no sentido de serem rigorosos no cumprimento dos tempos. -----

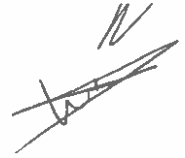
--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à discussão a análise da Proposta em epígrafe, dispensando a sua leitura, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, e que dada a sua extensão fica arquivado em pasta anexa (**documento número seis**), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----



--- Dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** este começou por agradecer a disponibilidade dos Senhores Deputados Municipais para neste contexto difícil reunir a Assembleia, desejando boa saúde a todos os munícipes, e congratulou-se pelo facto de no concelho não se ter registado qualquer caso confirmado da doença. Seguidamente informou que esta modificação orçamental surge da necessidade de se dotar o orçamento municipal das normas e verbas necessárias para a realização de despesas com medidas que foram consideradas urgentes tomar no contexto da pandemia que se vive. Ainda há pouco terminou uma reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central em que quase todos os pontos em discussão tiveram a ver com medidas de contenção e combate à pandemia, como a aquisição de equipamentos de proteção individual e de ventiladores para oferecer ao Hospital de Évora. Esta modificação orçamental visa essencialmente dar cobertura ao Fundo de Emergência Municipal e respetivas normas de acesso aprovado pelo Município, por unanimidade, que visa acudir a situações de perda total de rendimentos por parte das empresas e das famílias. As principais modificações são um reforço de 80.700 euros, de 60.700 para as famílias e 20.000 para empresas, números estes fixados um pouco por estimativa pois não se sabe concretamente quantos serão os pedidos de apoio que serão apresentados, pelo que ficou em aberto a adaptação daquelas normas em função das realidades que forem sendo conhecidas, através de deliberação em concreto do Executivo. Nesta modificação há também um reforço de 7.000 euros para a obra de requalificação do Largo 25 de Abril, na Granja, cujo projeto será candidatado a financiamento através da Rota do Guadiana, 10.000 euros para a CIMAC correspondente à comparticipação do Município na aquisição de seis ventiladores para serem oferecidos ao Hospital de Évora, 3.700 euros para a elaboração de um estudo prévio do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito do Programa 1.º Direito, e a inclusão na receita da verba de 444.468,15 euros referente ao saldo positivo de gerência de 2019 para o orçamento de 2020, o que orgulhosamente acontece pelo segundo ano consecutivo. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo solicitado a palavra e intervindo: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** que manifestou o seu agrado pela preocupação no apoio às pessoas e aproveita para divulgar que como o Banco Alimentar começou a receber muitos pedidos de apoio criou-se uma Rede de Emergência Alimentar e depois de consultar a plataforma verifica que já está inscrita uma família de Mourão pelo que poderá articular com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia os procedimentos para chegar à família. É notório no distrito o aumento de famílias a solicitar ajuda e no concelho de Mourão também. -----

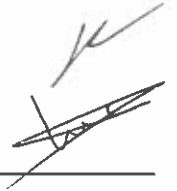


--- **O Senhor Deputado Municipal José Pedro dos Reis** para se congratular com a tomada destas medidas e regozijou-se pelo facto de Mourão não registar casos de Covid-19. Referiu ainda que espera que não aconteça na Câmara o mesmo que está a acontecer com a Banca em que as ajudas não chegam às pessoas. Sabe que os seus clientes estão a ter problemas com o IAPMEI e outros fundos de garantia em que são divulgados programas de apoio mais depois não se consegue nada, pelo que espera que a Câmara seja o menos formal possível e que a burocracia não impeça de as pessoas chegarem aos apoios. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Fortes** para referir que ainda bem que não se quebra a democracia e se consegue desta forma reunir e aprovar documentos essenciais. Mais referiu que teve a chance de reunir com a Sr.^a Presidente onde apresentaram uma série de medidas, que foram tornadas públicas e que algumas já foram implementadas, nomeadamente as desinfeções das ruas. Questionou depois se já foi tomada alguma medida ao nível de apoios indiretos como redução da fatura da água ou isenções de rendas e licenciamentos? Como não teve acesso às normas não sabe bem que medidas o executivo pretende executar, ainda que na generalidade concorde plenamente com esta revisão orçamental para providenciar o fundo de emergência e ajudar as famílias e empresas, que tão importante será para um concelho com uma capacidade socioeconómica baixa e envelhecida. A nível dos cafés e da restauração deverá também ser equacionada a forma de os apoiar pois a situação é preocupante, que praticante não têm qualquer faturação. Finalmente referiu que o PSD não tem qualquer objeção relativamente a esta revisão orçamental ficando apenas na expectativa de ver como é que o município vai operacionalizar as medidas no sentido destas verbas chegarem às famílias. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Passinhas** para referir que é bom que no concelho esteja tudo bem, sem casos e que se consiga reunir desta forma. Era bom sinal que as verbas agora destinadas a apoiar as famílias não fossem totalmente utilizadas mas se calhar não será o caso pois ninguém sabe as proporções que a situação poderá tomar. Como está prevista na revisão uma verba de 7.000 euros para reforço da rubrica referente à requalificação do Largo 25 de Abril, na Granja, pretende apenas saber se já há conhecimento dos valores finais da obra ou se é apenas ainda uma projeção? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para desejar que esteja tudo bem e referir que tem acompanhado no dia-a-dia as medidas que o Município tem implementado, antecipando-se mesmo ao governo central ou até substituindo-se a este como é o caso da aquisição de equipamentos para o hospital de Évora. Está feliz por Mourão não ter casos conhecidos e espera que como disse o colega Rui Passinhas as verbas não sejam todas utilizadas o que é bom sinal para as famílias e empresas, mas se precisarem estão disponíveis. É também uma boa notícia a passagem de um saldo de gerência positivo o que possibilita a Câmara ter mais disponibilidades. Mais referiu que talvez não haja casos



porque Mourão foi dos primeiros concelhos a encerrar lares e escolas, e as pessoas terem acatado as diretivas. Mais destacou as medidas de apoio do Município às Instituições do concelho (GNR, Lares, Bombeiros, Centro de Saúde e até para os comerciantes locais) com a distribuição de equipamentos de proteção individual. Quanto à revisão em si apenas solicita esclarecimento em que consiste concretamente o programa de apoio ao acesso à habitação – 1.º Direito? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Pinto** para referir que o Deputado da CDU também está solidário com as medidas e disposto a ajudar naquilo que estiver ao seu alcance. Espera que esta coisa de falarem sem se verem seja por pouco tempo, que esta pandemia abale depressa e que todas as famílias fiquem bem. Referiu ainda que tem uma microempresa que está em lay-off, não despediu ninguém mas também está a ser bastante afetado e não sabe quanto tempo pode aguentar a situação. Finalmente realçou que em nome da CDU estará sempre disposto a ajudar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Dias** para se congratular com a decisão de se apoiar as famílias e de não haver casos em Mourão, mas não se pode estar descansados pois mais cedo ou mais tarde a grande maioria das pessoas irá ser infetada. Gostaria de saber quais são efetivamente as medidas que estão pensadas, não tanto em valor mas em ações concretas, e, uma coisa que lhe parece de extrema importância, se nestes valores está a verba para habitações para possíveis infetados nos períodos de quarentena para evitar os contactos sociais? Relativamente ao acréscimo da verba de 7.000 euros para reabilitação do Largo 25 de Abril lamenta não ter conhecimento do projeto em si. -----

--- Dada novamente a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** este agradeceu a todos os membros a disponibilidade demonstrada para ajudar na solicitação do Município para a implementação destas medidas. Mais referiu que este fundo como o nome indica é uma urgência premente, não se conseguindo suprimir todos os prejuízos que as famílias ou empresas tenham, nem seria essa a competência do Município, cabendo depois ao Governo essas tarefas. O Município quer que daquilo que depende dele ter já uma intervenção como o apoio no pagamento da água, das rendas ou das licenças, esplanadas e publicidade. Como inclusivamente todos os senhores Vereadores realçaram é uma preocupação a diminuição da carga burocrática para a apresentação dos pedidos de apoio. Este é um processo que deve envolver todos e aqui solicita a colaboração das Juntas de Freguesia na identificação dos casos mais prementes, pois há pessoas com mais propensão para se dirigirem aos serviços e há quem precise mas não pede. Mais uma vez realçou que se trata de apoios mínimos que permitam a mínima dignidade das famílias no acesso à alimentação e à saúde. Finalmente o Senhor Vice-Presidente prestou os seguintes esclarecimentos relativamente às solicitações dos Senhores Deputados Municipais: -----



- Agradeceu a informação prestada pela Senhora Deputada Francisca Sousa sobre o banco alimentar e agradece que vá dando informações que julgue úteis sobre apoios ou ações para as populações; -----
- Como já disse antes o Município irá tentar agilizar os procedimentos para a apresentação dos pedidos de apoio; -----
- Irá solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia que faça a todos os membros as normas que foram apelidadas mesmo de normas porque se fosse um regulamento teria de ter consulta pública e posterior aprovação da Assembleia, o que iria arrastar no tempo ainda mais o processo; -----
- O projeto de requalificação do Largo 25 de Abril, na Granja, está elaborado mas não tem presente o valor certo do mesmo, do que dará amanhã essa informação, mas rondará os 80 a 90 mil euros. O projeto foi aprovado pela Câmara para apresentação de uma candidatura à Rota do Guadiana e quando for oportuno dele será dado conhecimento à Assembleia; -----
- O valor para o programa de apoio ao acesso à habitação é apenas para a adjudicação de uma prestação de serviços para a elaboração por empresa especializada de um estudo ou levantamento das necessidades e carências habitacionais no concelho, para posteriormente se poder candidatar a alguma medida de apoio. Este estudo tem um financiamento por parte do IHRU – Instituto da habitação e Reabilitação Urbana; -----
- Partilha da opinião do Senhor Deputado Vítor Hugo de que não se pode fazer grandes festas nem estar descansado por não haver casos e parece que se está a levantar a guarda o que é preocupante. A maior preocupação têm sido os Lares do concelho por ser o local onde residem as pessoas mais vulneráveis e mais débeis. Têm sido adquirido materiais e equipamentos para esses mesmos lares, bombeiros e GNR, pois são quem mais contacto tem com aquelas pessoas. Finalmente informou que para além de algumas instalações de que o Município dispõe, a grande maioria das unidades hoteleiras do concelho disponibilizaram-se para em caso de emergência e de necessidade acolherem os infetados, o que aqui expressamente agradece. -----
- Finalmente o **Senhor Presidente da Mesa** deu ainda a palavra ao **Senhor Deputado Municipal João Fortes** que perguntou que medidas está o Município a desenvolver relativamente à disponibilização de material informático para apoio às crianças do concelho, tendo o **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** informado que o Município em parceria com o Agrupamento de Escolas de Mourão está a fazer um levantamento exaustivo das necessidades e fazer chegar esse material aos mais necessitados, primeiro os que ainda não possuem, utilizando para o efeito o Programa de Promoção do Sucesso Escolar, que prevê a aquisição do equipamento. Foram encomendados já os Tablet e routers para as crianças que não dispõem em casa de acesso à internet. -----



--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade, e em minuta.** -----

--- Finalmente **o Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.

--- Esgotados os pontos da "**Ordem do Dia**", nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nº 3 do artigo 87.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **o Senhor Presidente da Mesa, Rui Miguel Bonito Vitorino**, propôs ao Plenário que este deliberasse no sentido da ata da sessão da Assembleia Municipal ser aprovada em minuta, para surtir efeitos executórios imediatos. -----

--- Sujeita à votação foi a referida proposta aprovada, **por unanimidade.** -----

--- Ato contínuo, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, nos termos da alínea a) do artigo 38.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **suspendeu os trabalhos por um período máximo de 5 (cinco) minutos** para que a ata fosse elaborada e sujeita a DELIBERAÇÃO do Plenário. -----

--- Recomeçando os trabalhos **o Senhor Presidente da Mesa** determinou que fosse lida a minuta da ata, colocando-a de seguida à votação, a qual mereceu total aprovação, **por unanimidade.** -----

--- Finalmente, **o Senhor Presidente da Mesa** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----

--- Esgotados os pontos da ordem de trabalhos, aprovada a "Ata em Minuta", e, por nada mais haver a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, eram 19,00 horas, tendo, igualmente, desejado a todos "Boa tarde", e agradecido a sua presença e participação. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade, na sessão de 30 de junho de 2020, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Coordenador técnico,